

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº: 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 29 de abril de 2026

No dia vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1. Pedido de renúncia ao mandato do Presidente da Junta de freguesia de Chã, Domingos Miguel Dias Alves, para o qual foi eleito nas eleições autárquicas, para o quadriénio 2025-2029 e, por inerência, renuncia ao cargo de membro da Assembleia Municipal;

1.2. Tomada de posse da Presidente da Junta de Freguesia de Chã, Carla Sofia Afonso Chaves, em substituição do Sr. Domingos Miguel Dias Alves, que renunciou ao mandato.

1.3 – Expediente para conhecimento.

1.4 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 1, da sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2026;

2.2. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.3. Prestação de Contas & Relatório – Ano Financeiro 2025 – apreciação e votação;

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2026. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.5. Designação de Auditor Externo para Certificação Legal de Contas – Procedimentos de Ajuste Direto n.º 47/2026 – aprovação;

2.6. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para as juntas / União de freguesias – Minuta do Contrato – aprovação;

2.7. Minuta do Protocolo de Colaboração entre a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Município de Montalegre – conhecimento;

2.8. Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre – conhecimento;

2.9. Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal CHEGA Montalegre relativo a queda de um muro em Outeiro.

3 – Período Após a Ordem do Dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta membros, à exceção dos deputados Joaquim Pires, João Carlos Rodrigues, António Eduardo Santos, Sónia Gonçalves, Natasha Fontes, João Paulo Coelho, Francisca Martins, António Carreira, Jorge Rodrigues, Hugo Araújo e Leonor Vila.

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores Jorge Fidalgo, Nuno Mota, Sandra Sousa, José João Carvalho de Moura e José Manuel Carvalho.

O Senhor Presidente da Assembleia encontrava-se ausente na presente sessão, pelo que foi substituído pelo 1.º Secretário da Mesa, Hernâni Luis Pinheiro Carvalho.

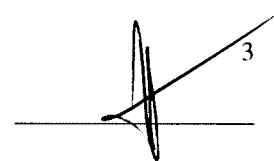
O Senhor Presidente da Assembleia em exercício pediu autorização à Assembleia para que a deputada Maria de Fátima Crespo integrasse a Mesa, ocupando o cargo de 2.ª Secretária, o que Assembleia autorizou.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a sessão.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1. Pedido de renúncia ao mandato do Presidente da Junta de freguesia de Chã, Domingos Miguel Dias Alves, para o qual foi eleito nas eleições autárquicas, para o quadriénio 2025-2029 e, por inerência, renuncia ao cargo de membro da Assembleia Municipal;

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

1.2. Tomada de posse da Presidente da Junta de Freguesia de Chã, Carla Sofia Afonso Chaves, em substituição do Sr. Domingos Miguel Dias Alves, que renunciou ao mandato;

A Presidente da Junta de Freguesia de Chã, Carla Sofia Afonso Chaves foi considerada instalada.

1.3 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.4 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Duarte Gonçalves, Jorge Campos Pereira, Sandra Gonçalves, Márcio Azevedo, Acácio Gonçalves, Sandra Catarina Gonçalves e Lúcia Araújo Jorge.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: "O que me traz aqui hoje? Abril! A minha intervenção passa por dois momentos: celebrar Abril e pensar Abril.

Na nossa terra, e bem, continuamos a celebrar abril, com a pompa e a dignidade que esta data histórica nos merece e fizemo-lo, este ano, da forma mais elevada e honrosa, cantando abril, fazendo ecoar a beleza da filarmónia: em Montalegre, com a Banda de Parafita e, em Salto, com a Banda local.

Fazendo jus aos seus pergaminhos a Banda de Parafita tocou e cantou abril, em concerto de alto pendor artístico e para encanto de todos os presentes.

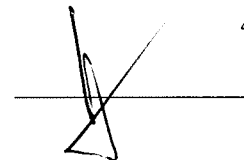
Em Salto, foi lindo de ver e ouvir sua Banda a dar som e voz às canções de abril, coma sua escola de música, recém-formada, já mostrou, integrados na Banda, alguns dos seus jovens alunos, como instrumentistas e como cantores. Assim, foi regalo para a vista e o ouvido da numerosa plateia, escutar as lindas vozes de duas crianças e um e dois anos, interpretando "Desfolhada", "Trova do Vento que Passa", "Somos Livres" e "Grândola Vila Morena".

Lá como cá, estes encontros de gerações, aproximam as pessoas, traduzindo-se em altos momentos culturais, fazendo reviver a História, em todo o seu esplendor.

Estão de parabéns todos os atores musicais envolvidos nestes eventos e, de um modo especial, a Câmara e as Juntas de Freguesia pela criação destes eventos e sobretudo, pelo inestimável apoio que prestam à causa cultural do nosso concelho, ajudando a manter vivas estas instituições, bem como, no caso concreto, ajudando a manter viva a chama da Liberdade!

E o valor da Liberdade faz-me passar ao ponto seguinte: Pensar Abril!

Sim, por estes dias, em que se respira o ar primaveril e perfumado da liberdade, dou por mim, a visitar um filme de grandes memórias pessoais: um filme que tem o seu início em 1976, ano das primeiras eleições autárquicas, em liberdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Estamos a celebrar os 50 anos! Eu estava lá, integrando a lista do Partido Socialista à Câmara, encabeçada pelo saudoso Dr. Loureiro. Perdemos. O Povo não privilegiou, com seu voto, as nossas propostas. Nas eleições seguintes, continuamos na disputa eleitoral e fomos acrescentando, progressivamente, mais votos, mas insuficientes para a vitória.

Até que, decorridos 13 anos (13 número mágico), em 1989, com o Dr. Pires, a liderar a lista, aconteceu alternativa em Montalegre. O povo rendeu-se às propostas socialistas. Experimentou e gostou! E já lá vão dez atos eleitorais! E já lá vão trinta e sete anos!

Por estes dias, em que se respira o ar perfumado da liberdade, dou por mim a revisitar esta longa-metragem, tentando encontrar uma explicação para confiança tão duradoura de um povo num projeto político de governação! E chego a uma conclusão: crise da alternativa, que tem a sua génese num fenómeno que dá pelo nome de Síndrome do RV!

Este filme tem personagens, de maior ou menos relevo, e tem episódios que evidenciam uma sucessão de conflitos, acusações e ataques pessoais, teorias conspirativas, denúncias ardilosas, crítica permanentemente destrutiva, sem que nada mostre um sinal positivo e aponte para uma verdadeira mudança estrutural para o concelho, não conseguindo, por isso, afirmar uma visão clara e diferenciadora aos olhos dos Barrosões, que estão atentos!

Todos alam, todos protestam, todos dramatizam, mas, no fim, tudo permanece essencialmente igual: a ação dissolve-se em ruído.

E o problema não está na natureza cívica do projeto. Está na forma como a intervenção se tem consolidado.

Quando a ação política se concentra, sobretudo, nas redes sociais, na denúncia rápida e na exposição constante de falhas, a oposição reduz-se a uma lógica meramente reativa.

Apontar problemas é essencial, mas governar ou aspirar a governar, exige mais do que identificar erros alheios.

A crítica permanente, quando não acompanhada por propostas estruturais, financeiramente sustentáveis e tecnicamente detalhadas, transforma-se num exercício de indignação contínua e nada mais. Gera visibilidade, cria mobilização momentânea, mas não constrói confiança duradoura. E, sem alternativa credível, o eleitor tende a optar pelo seguro, pela continuidade, mesmo concordando com o diagnóstico, mas duvidando, sempre da capacidade de execução.

A crítica é valor acrescentado no debate democrático, mas, quando a denúncia é o prato que a alimenta, gera um vazio político paradoxal. Há vozes, mas não há direção clara; há fiscalização, mas não há projeto mobilizador; há confronto, mas não há síntese.

E há, ainda um fenómeno adicional que agrava este quadro: a lógica das redes sociais. O algoritmo privilegia o conflito, promove a simplificação, desperta a emoção e ofusca a razão.

Um vídeo crítico circula mais do que um plano estratégico para o desenvolvimento do concelho; uma frase contundente tem mais alcance do que um orçamento detalhado. Neste ambiente, a política tende a adaptar-se ao formato digital, sacrificando profundidade em nome do impacto imediato.



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Se a política se resume a um fluxo constante de acusações “online”, a participação cívica transforma-se em consumo passivo de conteúdos.

Isto não significa que a governação esteja isenta de escrutínio. Pelo contrário: a fiscalização rigorosa é um pilar democrático, mas não é suficiente. Uma oposição, que aspire a liderar, precisa de demonstrar capacidade de planeamento, visão estratégica e competência técnica.

Precisa responder à pergunta decisiva: “Se formos nós a governar, o que faremos diferente? E como?” Sem esta resposta, o debate arrisca a permanecer vazio.

A política autárquica não é apenas gestão corrente; é, por definição, a afirmação de prioridades para décadas. Habitação, saúde, educação, mobilidade, ambiente, cultura, coesão social e desenvolvimento económico, exigem mais do que indignação episódica e pontual. Exigem projetos consistentes, parcerias institucionais e capacidade de negociação e execução.

Exigem, acima de tudo, responsabilidade. E, atenção: a consolidação democrática de um concelho depende não apenas de quem governa, mas também da qualidade de quem se apresenta como alternativa.

Uma oposição forte não é a que fala mais alto, mas é a que oferece soluções mais sólidas. Um partido relevante não é o que reage pontualmente, mas o que constrói uma narrativa e um projeto de futuro.

Política predominantemente reativa e digital polariza a indiferença dos cidadãos perante o ruído e o vazio que lhes é oferecido.

A maturidade democrática mede-se pela capacidade de transformar a crítica em propostas.

Montalegre não precisa de menos debate, mas, sim de melhor debate, mais profundo, mais responsável e mais orientado para soluções concretas, em busca permanente de um futuro que todos os queremos cada vez melhor.

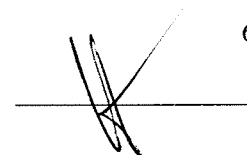
E como diria Bento da Cruz: “Com esta me vou!”

Viva Barroso! Viva o 25 de abril! Viva a liberdade! Sempre! Assinado, o deputado municipal João Soares.”

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. membros da Mesa, Exma. Senhora Presidente da Câmara e demais vereadores, Caros colegas deputados, Caríssimo público aqui presente: Vou em primeiro abordar a questão da crise no Médio Oriente, a qual ao pressionar o preço do barril de Brent e ameaçar a circulação no Estreito de Ormuz, atinge Montalegre através de três canais críticos: Custos de Produção no Barroso: A agricultura e pecuária locais dependem fortemente do gásóleo agrícola e de fertilizantes, cujos preços são indexados ao gás natural e petróleo. O aumento dos custos operacionais coloca em risco a rentabilidade das explorações de gado barrosão, já pressionadas por margens curtas.

Fatura Energética e Aquecimento: Montalegre situa-se numa zona de elevada altitude. A subida do preço do gás e combustíveis fósseis tem um impacto desproporcional nas famílias locais até pelas grandes distâncias que temos de percorrer. O aumento do custo do gás de botija é aqui uma questão de sobrevivência económica básica.

Logística e Turismo: A economia de Montalegre vive de eventos como a “Sexta-feira 13” e o turismo de natureza (Peneda-Gerês). O aumento do preço dos combustíveis



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

desencoraja as deslocações de longa distância de visitantes vindos do litoral, afetando a restauração e hotelaria local.

Análise do Impacto: O "Choque de Abril". No que respeita ao gasóleo agrícola o salto acumulado de janeiro até agora é superior a 50%. Se em janeiro encher um depósito de 1000 litros custava cerca de 1.120 €, hoje o mesmo abastecimento exige 1.720 €.

Em Montalegre, este aumento coincide com o início da preparação das terras para as culturas de primavera e a intensificação do trabalho mecanizado. Como a região depende de maquinaria pesada, o consumo é inelástico: o agricultor tem de gastar, independentemente do preço.

Perante isto é de máxima importância e recomenda-se que o município esteja atento a este problema, lançando um programa de apoio que subsidie o gasóleo agrícola, apoie o alojamento local e restauração, divulgue o programa bilha solidária em parceria com as juntas de freguesia (apenas 4 aderentes até ao momento....a saber Cabril, Chã, Salto, Viade de baixo e Fervidelas), e reforce o apoio financeiro anual às IPSS do concelho e aos bombeiros voluntários, procurando atenuar o impacto dos custos de transporte. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

O deputado Jorge Campos Pereira começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Mesa, os Vereadores, os Presidentes de Junta, os deputados da Assembleia Municipal e todos os presentes.

Referiu que a questão da EN103 era um tema que lhe interessava particularmente e salientou que, enquanto deputado sozinho, não possuía os meios técnicos necessários para desenvolver estudos aprofundados sobre a matéria. Considerou que essa responsabilidade cabia ao executivo municipal por dispor de competências técnicas, funcionários e capacidade de análise.

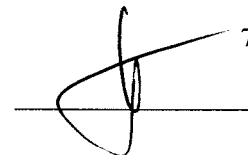
Explicou que a sua intervenção tinha como principal objetivo transmitir ideias e preocupações que lhe eram apresentadas pela população, frisando que muitas das questões levantadas não eram opiniões pessoais, mas sim problemas e sugestões partilhadas pelos cidadãos.

Relativamente à EN103, afirmou ter uma visão diferente sobre a solução para os acessos e revelou ter reunido várias vezes com o Presidente da Câmara e com responsáveis e vizinhos de Vieira do Minho. Defendeu a possibilidade de uma ligação pela Serra da Cabreira, referindo que uma ligação entre Salto e Vieira do Minho teria cerca de 15 quilómetros, ao contrário dos cerca de 40 quilómetros atualmente percorridos.

Sustentou que o concelho necessitava de uma estrada nova, menos sinuosa, menos perigosa e mais rápida. Acrescentou que Braga cresceu muito graças aos barrosões e transmontanos que para lá foram trabalhar, estudar e investir, mas que muitos acabavam por não regressar devido à distância e à dificuldade das deslocações.

Manifestou a convicção de que, caso existisse uma estrada de qualidade que permitisse fazer a ligação em 20 ou 30 minutos, muitas pessoas regressariam à região. Considerou mesmo que pessoas mais idosas, atualmente a viver em Braga, mas naturais da zona, poderiam voltar a residir no concelho, trazendo também os seus filhos e potenciando investimento e desenvolvimento local.

Defendeu que, sem bons meios de comunicação, Montalegre dificilmente conseguiria evoluir. Reconheceu a importância de eventos e iniciativas organizadas no concelho, afirmando não ser contra essas atividades, mas salientou que se trata de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

acontecimentos pontuais e que o verdadeiro desenvolvimento dependia sobretudo de acessibilidades de qualidade.

Nesse sentido, considerou que uma boa ligação entre Espanha, Montalegre e Braga permitiria atrair investimento, facilitar o regresso das pessoas e impulsionar o desenvolvimento económico e social do território.

Dirigiu ainda um desafio ao executivo municipal, apelando para que utilizasse os meios técnicos e humanos ao seu dispor para estudar soluções concretas.

O deputado afirmou igualmente que não fazia política com base em guerras partidárias, declarando que tanto lhe fazia tratar-se do PS, PSD ou CDS, desde que as medidas fossem benéficas para a comunidade.

Esclareceu também que, em determinadas ocasiões, não votava favoravelmente algumas propostas, não por motivos partidários, mas porque considerava não possuir informação suficiente sobre os assuntos em votação. Sublinhou que não podia votar favoravelmente matérias cujo conteúdo não conhecesse em profundidade.

Abordou depois a questão da modernização e dos meios digitais, defendendo que as reuniões camarárias deveriam ser transmitidas online, à semelhança do que já acontecia em muitas autarquias do país. Considerou que Montalegre deveria acompanhar essa evolução e modernizar-se em todas as áreas.

O deputado voltou ainda a insistir na criação de uma ciclovía ou passeio entre Salto e Venda Nova. Referiu que se tratava de duas localidades muito próximas e com potencial turístico, mas que atualmente não existiam condições de segurança para os peões, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida. Recordou que antigamente havia menos trânsito, mas que, atualmente, a circulação automóvel tornava perigosa a deslocação a pé entre as duas localidades. Destacou também a existência da praia fluvial da Venda Nova e do Torrão da Veiga, em Salto, considerando que muitas pessoas gostariam de caminhar entre os dois locais, mas não o podiam fazer em segurança.

Mencionou ainda várias queixas relacionadas com cães à solta em Salto, sobretudo junto aos restaurantes e às estradas, referindo que a população continuava a demonstrar preocupação com essa situação e com a questão dos canis.

Por fim, sugeriu que o Município estudasse a possibilidade de criar um seguro de saúde municipal, à semelhança do que já acontecia noutros concelhos vizinhos. Considerou que Montalegre teria capacidade financeira para implementar uma medida desse tipo. Como exemplo, relatou que tinha esperado cerca de um mês e meio por uma consulta e análises médicas, afirmando que muitas pessoas enfrentavam dificuldades semelhantes. Defendeu que um seguro de saúde apoiado pela Câmara permitiria aos munícipes recorrer ao setor privado em determinadas situações, constituindo uma mais-valia importante para a população.

O deputado agradeceu a presença de todos e acrescentou ainda uma última reflexão relativamente à questão da estrada e dos acessos ao concelho, referindo que Montalegre não podia continuar a ser apenas um território utilizado para a instalação de eólicas, barragens, projetos fotovoltaicos e minas, de onde eram retirados milhões de euros sem que o concelho recebesse em troca os acessos e infraestruturas que considerava necessários.

Recordou que já tinha abordado esse assunto com o Presidente da Câmara de Vieira do Minho e afirmou que, caso o Governo Central não demonstrasse disponibilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

para apoiar essas obras, o Município deveria assumir uma posição mais firme na defesa dos interesses do concelho. Acrescentou mesmo que, se fosse necessário, poderiam ser organizadas deslocações e ações de protesto junto das entidades responsáveis, com o objetivo de exigir melhores condições e mais investimento para a região.

Admitiu, contudo, que concelhos como Vieira do Minho ou Braga poderiam ter maior facilidade em desenvolver novas estradas devido às características do território. Ainda assim, defendeu que Montalegre deveria continuar a insistir, reivindicar e pressionar para que esses investimentos fossem concretizados.

Dirigindo-se ao executivo municipal, salientou que, estando no poder há vários anos e dispondo atualmente de uma maioria absoluta, tinha também a responsabilidade de demonstrar trabalho e apresentar resultados concretos nesta matéria.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. colegas deputados, caríssimo público e ademais aqui presentes.

Parece mentira, mas não, há pouco mais de um atrás não tínhamos piscina no nosso concelho, mas agora temos vários edifícios do município que parecem piscinas.

Resumidamente, no caso do pavilhão multiusos foi submetido a obras de melhoramento, abriu vieram as primeiras chuvas, o telhado estava descoberto, como é expectável no inverno, o São Pedro verteu águas, inundou-se e ficamos com outra piscina desta feita no auditório e fechou-se o multiusos. Recuperam os estragos, dentro dos possíveis, volta a abrir portas, mas o São Pedro não aguentou as águas é nem 15 dias depois, volta a fechar pela mesma razão. Isto só visto que contado ninguém acredita.

Senhora presidente, desde a última assembleia que diligências, resoluções e soluções arranjou para os problemas que lhe trouxe sobre a escola primária de Salto?

Finalmente, volvidos mais de 12 anos em que a senhora presidente também teve o pelouro da educação, soube que já estão em andamento os trabalhos para a elaboração do novo regulamento do Conselho Municipal de Educação. Talvez o mérito seja do Vereador atualmente com o pelouro. É nestes momentos que sei que vale a pena vir aqui e falar tantas vezes quantas as que forem necessárias no mesmo assunto, em todas as assembleias caso seja necessário, até resolverem os problemas que aqui exponho e não são poucos. Foi assim com a creche, foi assim com as obras na escola de Salto, foi assim com o as atividades fora do calendário escolar, que continuam a ser pouco, pois só há mexe te nas férias no verão, foi assim com a escola de Cabril que estive anos a lecionar em condições miseráveis que envergonhariam qualquer autarca.

Pena que a maioria dos casos sejam resolvidos com 20 anos de atraso, a conta gotas e não causando o impacto desejado, dinamização, desenvolvimento sustentável, criação de empregos no setor privado que levaria à fixação de jovens e consequentemente ao crescimento demográfico.

As consequências das opções políticas do partido socialista estão à vista, temos um conselho envelhecido, sendo a única serventia, sugarem-nos os recursos naturais e ocuparem o nosso território desertificado e despovoado. Assinado, a deputada Sandra Gonçalves."



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Márcio Azevedo cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os colegas, os Presidentes de Junta, o público, a comunicação social e todos os presentes.

Referiu que o tema que o levava à intervenção era, na sua opinião, verdadeiramente importante, estruturante e até determinante para a sobrevivência do concelho: a educação.

Explicou que falava não apenas na qualidade de pai, mas também enquanto presidente da Associação de Pais do Baixo Barroso, função que lhe tinha permitido adquirir um conhecimento mais profundo da realidade educativa do concelho, particularmente da zona do Baixo Barroso.

Recordou que esteve presente numa ação promovida pela escola, integrada no processo de avaliação externa do Agrupamento conduzido pela DGEC, sessão na qual também esteve presente a senhora Presidente da Câmara. Referiu ainda que a Diretora do Agrupamento, Dra. Graça Martins, tinha apresentado um levantamento exaustivo da realidade educativa do concelho, o que lhe tinha permitido perceber que seria necessário tomar decisões estratégicas para inverter a tendência demográfica e educativa existente.

No que dizia respeito ao Baixo Barroso, indicou que Salto tinha 69 crianças, a Escola do Baixo Barroso, na Venda Nova, contava com 136 alunos no ensino secundário e Cabril possuía apenas 19 alunos, distribuídos entre a pré-escola e o primeiro ciclo.

Alertou para o facto de que, caso se continuasse à espera de que Cabril e Salto abastecessem a Escola do Baixo Barroso, se estaria a falar de menos de uma centena de alunos, situação que considerava preocupante.

Nesse sentido, questionou a senhora Presidente da Câmara sobre a existência de alguma estratégia concreta para inverter essa tendência. Referiu que, apesar de no ano anterior terem sido investidos cerca de 300 mil euros na escola de Cabril, investimento que considerou positivo e motivo de satisfação pessoal, até por ter sido Presidente de Junta daquela freguesia, permanecia a dúvida sobre como seria possível manter a escola aberta no futuro com apenas 19 alunos.

Acrescentou que, na sua opinião, poderia fazer sentido ponderar a deslocação dos alunos das freguesias de Ferral e Covêlo para Cabril, em vez de frequentarem a escola de Salto, uma vez que fariam menos quilómetros e encontrariam condições iguais ou até melhores.

Defendeu que essa solução poderia ajudar a equilibrar a realidade escolar da zona e alertou para o facto de que, a médio prazo, crianças muito pequenas poderiam ter de percorrer cerca de 60 quilómetros diários entre Cabril e Salto, em condições climatéricas frequentemente difíceis, com neve e outras adversidades associadas à altitude.

Questionou então se essa hipótese estava a ser equacionada e se o executivo considerava essa possibilidade pertinente.

Relativamente à Escola do Baixo Barroso, lembrou que existiam apenas 136 alunos distribuídos por oito anos de escolaridade, número que considerava reduzido. Questionou igualmente se existia alguma estratégia para o futuro daquela escola secundária, nomeadamente quanto à eventual reorganização ou encerramento de anos letivos, defendendo que era necessário antecipar aquilo que poderia acontecer nos



10

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

quatro ou cinco anos seguintes, bastando para isso analisar os dados demográficos disponíveis.

Referiu também ter ficado surpreendido ao saber que quase 40% dos alunos do agrupamento beneficiavam de apoio social, admitindo que desconhecia essa realidade e que pensava tratar-se de uma percentagem bastante inferior.

Considerou que essa situação revelava um problema social profundo, afirmando que, quando as famílias enfrentavam dificuldades económicas, muitas vezes a prioridade deixava de ser a educação dos filhos e passava a ser a sobrevivência diária, o que frequentemente conduzia ao abandono escolar precoce e à entrada prematura no mercado de trabalho.

Questionou novamente se existia alguma estratégia municipal para inverter essa tendência, considerando que essa realidade evidenciava a existência de pobreza no concelho, apesar dos elevados orçamentos municipais disponíveis.

Após encerrar o tema da educação, afirmou que iria abordar de forma mais breve a questão da segurança rodoviária.

Recordou que, ainda enquanto Presidente de Junta, tinha enviado à Câmara Municipal, no dia 15 de dezembro de 2023, uma lista de obras prioritárias para a freguesia de Cabril, entre as quais se incluía a colocação de rails de proteção em vários pontos considerados perigosos.

Referiu particularmente a zona entre a Ponte Nova, o restaurante Ponte Nova e a Barca, explicando que os pinheiros que ali existiam nunca tinham servido verdadeiramente como proteção em caso de acidente. Acrescentou que, após o corte dessas árvores, o impacto visual e a perceção do perigo se tinham tornado ainda mais evidentes.

Mencionou igualmente outras zonas que considerava problemáticas, como a descida abaixo da Senhora das Neves, as áreas sobre as aldeias de Azevedo e Chelo, onde existiam curvas perigosas e habitações imediatamente abaixo da estrada, bem como o acesso a São Ane.

Já fora da freguesia de Cabril, chamou ainda a atenção para uma zona situada entre Sirvozelo e Paradela, junto a dois pequenos paredões de contenção, onde existia uma curva particularmente perigosa, sem qualquer proteção significativa, com uma queda direta para a zona da barragem.

Por fim, referiu ainda a necessidade de melhorar a marcação das estradas do concelho, embora reconhecesse que essa questão exigiria uma abordagem mais ampla e estratégica relativamente à rede viária municipal.

O deputado Acácio Gonçalves começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia em exercício, a Senhora Presidente da Câmara, a distinta Mesa, os senhores vereadores e o distinto público presente.

De seguida, chamou a atenção do senhor Presidente da Mesa para o facto de, na sua perspetiva, não estar a ser seguido o regimento da Assembleia Municipal. Referiu que, até esse momento, do lado do Partido Socialista tinha intervindo apenas um membro, enquanto do seu lado já tinham intervindo vários deputados, nomeadamente o senhor Duarte, o senhor Jorge, o César, o Mário e ele próprio.

Afirmou que entendia que a oposição também se esgotava, mas defendeu que deveria existir alternância nas intervenções, conforme, no seu entendimento, o regimento



11

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

estabelecia, com intervenção alternada entre partidos, nomeadamente PS, PSD, CDS e Chega.

Prosseguiu afirmando que já vinha para a sessão com as intervenções preparadas, mas que, devido ao número de intervenções já realizadas, sentia que parte do seu conteúdo já tinha sido abordado por outros deputados.

Referiu-se depois ao 25 de Abril, declarando-se militar de Abril, tendo servido na Guiné. Disse que sempre se assumiu como "abrilista", embora não concordasse com todos os aspetos da Revolução de Abril, referindo que concordava com algumas das suas consequências e também com o 25 de Novembro.

Afirmou que, na sua opinião, o 25 de Abril trazia à memória do povo do Barroso várias histórias que considerava sem fundamento, acrescentando que a população do Barroso era, por natureza, "abrilista".

Apresentou ainda críticas relativamente a questões de funcionamento institucional, referindo que não tinha sido devidamente convidado para algumas iniciativas, ao contrário do que acontecia anteriormente, e sugeriu que o executivo camarário deveria ter mais atenção a esse aspeto, por considerar que isso afetava o funcionamento democrático e a participação institucional.

Mencionou um evento cultural recente, referindo ter apreciado a atuação musical e o trabalho apresentado, mas observou que não existia público sentado nas primeiras filas, questionando a ausência de "pessoas importantes da terra" e defendendo maior valorização das mesmas.

No plano social, retomou o tema já abordado por outro interveniente, referindo os apoios sociais existentes no concelho. Afirmou que, na sua leitura, cerca de 40% dos alunos eram carenciados, o que considerou indicativo de dificuldades sociais relevantes, defendendo que as famílias também se encontravam em situação de fragilidade económica.

Abordou ainda a questão da "botija solidária", defendendo que deveria existir maior responsabilidade da Câmara Municipal na divulgação e apoio a esse tipo de medidas sociais. Considerou que a autarquia deveria ter um papel mais ativo na informação e esclarecimento da população sobre os apoios existentes.

Criticou também os mecanismos de apoio social existentes, nomeadamente o "cartão social" e outros apoios, considerando que havia dificuldades na sua aplicação prática e no acesso por parte da população.

Relatou ainda um caso concreto de um munícipe carenciado com filhos, que teria procurado apoio junto da Câmara e, na sua perspetiva, não teria obtido resposta imediata, defendendo que situações desse tipo deveriam ser tratadas com maior urgência e eficácia.

Abordou depois questões ambientais e de saneamento, referindo que, com a aproximação do verão, deveria ser dada maior atenção à limpeza do rio que atravessa o concelho, alertando para situações de maus odores e possível poluição. Defendeu a necessidade de intervenção nas margens do rio e na rede de saneamento, sugerindo soluções técnicas como bombas elevatórias ou outras infraestruturas.

Referiu também preocupações relacionadas com o parque industrial, bairros sociais e possíveis descargas ou problemas de drenagem, defendendo que essas situações deveriam ser objeto de maior atenção e resolução técnica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Por fim, alertou para o estado de degradação da muralha do Castelo, afirmando que a mesma se encontrava em risco de colapso. Considerou que a situação exigia intervenção urgente, comparando com outras intervenções realizadas noutros pontos do concelho, onde, no seu entender, houve respostas mais rápidas.

Terminou a intervenção deixando o alerta de que a situação deveria ser analisada como prioridade, de forma a evitar agravamento dos danos existentes.

O deputado afirmou que também refletia sobre a necessidade de Montalegre vir a dispor de um polo de ensino superior, ainda que não necessariamente de uma universidade, recordando que já tinha sido defendida essa ideia no passado, nomeadamente por outros candidatos políticos.

Referiu que, na sua opinião, Montalegre não possuía atualmente qualquer polo universitário, instituto ou estrutura de ensino superior, limitando-se ao ensino secundário. Recordou ainda que, anteriormente, existiu um polo de formação profissional ligado a Chaves, do qual tinham saído vários alunos que prosseguiram estudos e se tornaram profissionais reconhecidos no concelho.

De seguida, chamou a atenção para uma publicação da Vila TV, na qual eram mencionados acordos assinados na sede da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, envolvendo os concelhos de Chaves, Montalegre e Vimioso, num montante global de cerca de 30 milhões de euros.

Referiu que, no caso de Chaves e Vimioso, eram descritas intervenções concretas e investimentos definidos, enquanto, relativamente a Montalegre considerou não ter ficado claro quais os projetos a concretizar, afirmando que, na sua perspetiva, a informação transmitida era insuficiente.

Abordou depois a questão da juventude, afirmando que existia uma grande dificuldade em criar oportunidades para os jovens no concelho, sobretudo no que respeitava a estágios e inserção profissional. Referiu que jovens formados em áreas como educação física, marketing ou outras áreas técnicas tinham dificuldade em encontrar oportunidades locais, o que levava à sua saída do concelho. Defendeu que deveria existir maior aposta em programas de estágios e integração de jovens no mercado de trabalho local, considerando que o executivo municipal deveria ter um papel central na criação dessas oportunidades.

Relativamente à barragem de Pisões, manifestou preocupação com a questão da água e das compensações associadas ao respetivo contrato, referindo que, na sua perspetiva, existia falta de esclarecimento sobre os benefícios efetivos obtidos pelo município nesse processo.

Afirmou ainda que considerava elevado o custo da água pago pelos munícipes e questionou a forma como tinham sido aplicadas as compensações acordadas com a empresa responsável pela gestão do sistema.

Realçou preocupações com futuras intervenções na zona da barragem, nomeadamente projetos de urbanização das margens e instalação de painéis solares, expressando reservas quanto ao impacto dessas intervenções.

O Presidente da Assembleia em exercício informou que o tempo de uso da palavra tinha sido esgotado.

Referiu que o deputado tinha utilizado o seu tempo de intervenção, esclarecendo que o mesmo tinha falado durante 15 minutos e 10 segundos, dentro do limite regimental de 15 minutos, acrescentando que a função da Mesa era assegurar o cumprimento desse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

tempo e solicitar a conclusão da intervenção, tal como havia sido feito com os restantes deputados.

Dirigindo-se ao deputado Acácio Gonçalves, agradeceu a forma calorosa como este se lhe tinha dirigido no exercício das suas funções, mas esclareceu que a gestão das intervenções não tinha tido qualquer intenção de desconsideração pessoal ou política, reconhecendo apenas que poderia ter ocorrido alguma desatenção na ordem das intervenções, nomeadamente devido à disposição dos lugares.

Referiu ainda que a questão da alternância tinha sido objeto de verificação e que, em determinado momento, tinha sido questionada a possibilidade de aceitar inscrições de deputados que tinham chegado mais tarde, pertencentes ao Partido Socialista, tendo essa proposta sido aceite sem oposição por parte da Assembleia.

Sublinhou que o deputado Acácio Gonçalves poderia ter chamado a atenção nesse momento e que, caso tal tivesse ocorrido, a situação teria sido corrigida de imediato, reiterando que não houve qualquer intenção de favorecimento ou desrespeito.

Concluiu afirmando que a situação não se repetiria em futuras sessões e agradeceu a compreensão de todos, dando de seguida continuidade aos trabalhos da Assembleia.

A deputada Sandra Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Mesa e seus elementos, digníssima Senhora Presidente, e na sua pessoa cumprimentar os Senhores Vereadores, caros membros da Assembleia, digníssimos Presidentes de Junta e estimado público:

Começo a minha intervenção para focar dois assuntos que têm sido "manchete" nas redes sociais, relacionadas com a freguesia a que presido, e que implicam esta Câmara Municipal e o seu executivo, e a mim própria.

O primeiro depreende-se com a situação em que se encontra a Estrada Regional 311, que como sabem, é da competência partilhada entre o Município de Cabeceiras de Basto, para as zonas urbanas e o IP – Infraestruturas de Portugal, SA para as zonas rurais, ou fora do perímetro urbano; no seguimento dos transportes de grandes dimensões que ocorreram, durante alguns meses, entre Cabeceiras de Basto e o limite sul da freguesia de Salto, no âmbito da construção do Parque Eólico Tâmega Norte.

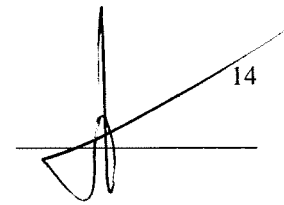
A estrada sofreu danos consideráveis e ao que parece, eu e a Senhora Presidente da Câmara devíamos tratar deste assunto através do Facebook!

Compreendo a preocupação de todos os utilizadores, bem como a necessidade de termos aquele acesso em perfeitas condições sobretudo pela ligação quase identitária que Salto tem com aquele Município, facto que o projeto socialista sempre reconheceu e reconhece, não posso deixar de expressar a minha estupefação pela postura deselegante e quase doentia com que se tem tratado este assunto, nas ditas redes sociais.

A ação não tem que ter holofotes! A intervenção autárquica não tem que se fazer com ruído, com prurido, nem com argumentos depreciativos ou atentados à hora dos representantes, faz-se no estreito cumprimento da Lei e no respeito pelas competências de cada entidade e da dignidade de quem as gere!

Ao que chegou a política do nosso tempo! É assim que aproximamos as pessoas e credibilizamos o estado democrático?

Para que conste, grande parte dos buracos que foram remendados, foram-no graças à atuação recorrente e interessada da Sra. Presidente da Câmara, junto das Infraestruturas de Portugal, facto que muito lhe agradeço. Sei que está comigo e com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

os saltenses, na defesa do território e das suas acessibilidades, numa ação que proponho em bloco com o Município de Cabeceiras de Basto, para resolução desta situação.

De seguida devo falar-vos do assunto mediático relacionado com Extensão de Saúde de Salto.

Como sabem, o mesmo está a sofrer uma remodelação profunda, para mais e melhor servir a população saltense. No entanto, para se poder concluir a obra, o Município viu-se forçado a encontrar uma solução temporária, que fosse capaz de dar resposta às necessidades dos utentes da Freguesia de Salto, por um lado, que reunisse todas as condições de salubridade e higiene, por outro. Para tanto, o Município teve o cuidado de promover várias reuniões, não só com os profissionais de saúde envolvidos e com a direção da ULS, mas com os autarcas de Salto e Venda Nova e Pondras e também com os Bombeiros Voluntários de Salto, para procurar a melhor solução.

Neste intento, agradeço não só o cuidado da Sra. Presidente e do seu executivo, em procurar soluções e consensos e de promover uma boa utilização dos recursos existentes, mas também agradeço à Associação dos Bombeiros Voluntários de Salto, a disponibilidade dos meios de transporte e sobretudo ao meu congénere – Sérgio Guerra, Presidente da União de Freguesias de Venda Nova e Pondras, pela totalidade disponibilizada demonstrada, em receber os utentes de Salto, na Extensão de Saúde da sua freguesia, pela forma afável como acolheu esta solução, demonstrando que a boa gestão autárquica tem sempre reflexo até nas localidades vizinhas. Tanto quanto sei, esta solução tem sido bem aceite por todos os utentes, à exceção dos “facebookianos” do costume, que até costumam ir ao privado!

Finalmente parabenizo a Câmara Municipal de Montalegre pelo reconhecimento com a bandeira de mérito social 2026! É reflexo de trabalho, preocupação e empenho.

Bem-haja Senhora Presidente. Vamos fazendo caminho. Assinado, a deputada municipal, Sandra Catarina Gonçalves.”

A deputada Lúcia Araújo Jorge entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: no passado dia 15 de abril realizou-se a 3.ª Jornada Técnica das Equipas de Sapadores Florestais do Alto Tâmega e Barroso.

Este encontro permitiu não só partilhar conhecimento técnico, nomeadamente nas áreas da gestão florestal e controlo de espécies invasoras, como também fazer o balanço da atividade de 2025 e apresentar o plano para 2026.

Quero deixar uma palavra de reconhecimento ao Município por acolher esta iniciativa e, sobretudo, aos sapadores florestais, pelo trabalho essencial que desenvolvem no nosso concelho.

Estamos a falar de profissionais que contribuem diariamente para a prevenção de incêndios, para a valorização do território e para o combate ao abandono rural.

O programa de sapadores florestais tem sido um verdadeiro caso de sucesso. No concelho, passámos de 6 para 9 equipas desde o ano 2000, cobrindo hoje grande parte das áreas de maior risco.

Em 2025, estas equipas intervieram em cerca de 309 hectares de gestão de combustíveis, asseguraram a manutenção de aproximadamente 200 km de rede viária florestal e dedicaram cerca de 60 dias por equipa à vigilância e apoio ao combate a incêndios e no apoio à realização de cerca de 300 hectares de fogo controlado.



15

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

No entanto, importa também reconhecer os desafios: salários baixos face à exigência das funções, rotatividade de trabalhadores e falta de meios, nomeadamente maquinaria.

Cada equipa de sapadores florestais representa um custo anual superior a 110 mil euros, incluindo remunerações, encargos sociais, seguros, combustíveis, materiais e equipamentos.

O ICNF assegura um financiamento anual de 65 mil euros por equipa, correspondente a cerca de seis meses de atividade em regime de serviço público.

O Município de Montalegre protocolou serviços com as entidades detentoras destas equipas pagando-lhes de 30 mil euros por equipa, valor este essencial para garantir a continuidade deste programa.

Sem este serviço municipal, muitas destas equipas não teriam condições para se manter em funcionamento e algumas delas já não existiriam.

Assim, deixo uma palavra de reconhecimento ao Município de Montalegre, na pessoa da Senhora Presidente, bem como a todos os técnicos e trabalhadores envolvidos, pela aposta consistente nas equipas de sapadores florestais, nas entidades gestoras dos baldios e nas associações locais que prestam o seu apoio técnico no acompanham destas equipas de sapadores.

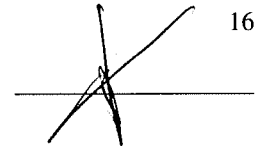
Trata-se de uma estratégia acertada, que valoriza as nossas gentes, promove o emprego local e reforça a resiliência do território.

Termino com uma frase referida na jornada técnica, mas que bem sintetiza esta realidade: Proteger a floresta é um trabalho de todos. Muito obrigado. Assinado, a deputada municipal Lúcia Jorge."

A Senhora Presidente da Câmara respondeu a todas as questões colocadas pelos intervenientes e começou por cumprimentar o Senhor Presidente em exercício, endereçando também votos de rápidas melhoras ao Presidente da Assembleia, que tinha sido submetido a uma intervenção cirúrgica e cuja recuperação exigia cuidados. Cumprimentou a Mesa, os Senhores Vereadores, os senhores deputados, o público presente, a comunicação social e os Presidentes de Junta.

De seguida, informou a Assembleia de que iria prestar esclarecimentos relativos a questões levantadas anteriormente pela deputada Sandra Gonçalves, dando nota, de forma resumida, da informação que lhe tinha sido transmitida.

Esclareceu que a deputada tinha questionado o reforço de 5 milhões e 24 mil euros no orçamento municipal, tendo-lhe sido respondido que essas verbas estavam inscritas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Referiu ainda que lhe tinha sido entregue documentação com a identificação das obras e respetivos valores, como a Central de Camionagem, o Multiusos, equipamento básico e informático, o Centro de Saúde de Montalegre, a extensão de saúde de Salto, a Estratégia Local de Habitação, habitação social municipal, passeios no Valdoso, fossas em São Ane, Vilarinho de Negrões e São Lourenço, a requalificação do Torrão da Veiga, a valorização do rio Cávado, o Circuito Internacional, o campo de futebol de Salto, conservação da rede viária, muros de suporte, a estrada municipal Paradela - Outeiro, requalificação de espaços públicos em Fafão, Sezelhe e Pincães, a estrada Borralha, Cervos, uma rua na freguesia de Cabril e a Quinta da Veiga.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Relativamente à questão da aquisição de terrenos, esclareceu que a verba em causa dizia respeito à aquisição da Quinta da Veiga e à requalificação e valorização do rio Cávado.

Explicou que a situação da Quinta da Veiga se arrastava há muitos anos, existindo um diferendo antigo quanto à titularidade do terreno, relativo ao início do século XX. Referiu que, como as entidades competentes não reconheceram de forma clara a propriedade municipal, o executivo anterior levou a questão a tribunal, a qual se arrasta há anos e entendeu este executivo avançar com a aquisição do imóvel, por considerar que não poderia perder oportunidades de financiamento e de desenvolvimento do território.

Acrescentou que existia a possibilidade de recurso à transferência por 50 anos de património do Estado não utilizado, embora essa solução estivesse condicionada a projetos específicos, sendo a área da Quinta da Veiga demasiado extensa para esse enquadramento e constrangimentos.

Por esse motivo, afirmou que o município tinha decidido avançar com a aquisição, processo que se encontrava em curso junto da entidade competente.

Esclareceu ainda que não existiu qualquer contrato de comodato entre o município e o Ministério da Agricultura, contrariando a dúvida colocada pela deputada.

Referiu que a questão da Quinta da Veiga se encontrava ainda em sede judicial, sendo também utilizada como forma de reforçar a posição do município junto das entidades competentes.

Indicou que estavam a ser ponderadas diferentes utilizações para aquele espaço, alinhadas com o projeto de desenvolvimento municipal, nomeadamente nas áreas da coesão social, educação, formação, juventude, cultura, desporto, saúde, ambiente, turismo, desenvolvimento económico e inovação.

Relativamente ao aumento de verbas no documento associado às transferências para as freguesias, explicou que estas se destinavam a apoiar as Juntas de Freguesia no âmbito das suas atribuições e competências, bem como a financiar intervenções em infraestruturas solicitadas pelas mesmas.

Esclareceu que existiam dois tipos de despesa: despesa corrente, associada a contratos interadministrativos, e despesa de capital, relativa a obras e investimentos propostos pelas Juntas de freguesia.

Reafirmou que todas as verbas estavam devidamente identificadas e justificadas nos documentos apresentados à Assembleia.

A Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção, esclarecendo que as verbas correntes tinham origem nos contratos interadministrativos e se destinavam, essencialmente, à limpeza de ruas, valetas e taludes. Referiu que tinha existido um incremento de cerca de 10% nesses valores, conforme constava da documentação previamente distribuída aos deputados.

Acrescentou que esses valores eram definidos com base em critérios objetivos, designadamente a área de cada freguesia, o número de habitantes e as necessidades de intervenção, como o número de ruas e respetivas exigências de limpeza, sublinhando que não seria possível aplicar um valor igual para todas as freguesias.

Explicou ainda que a União de Freguesias de Montalegre e Padroso recebia uma verba suplementar destinada à limpeza do Parque do Cávado, situação que, segundo referiu,



17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

já se verificava há vários anos, tratando-se de uma responsabilidade assumida pelo município para apoiar a Junta de Freguesia nessa intervenção específica.

No que respeitava às intervenções no rio, esclareceu que as mesmas careciam de autorização da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), não sendo possível ao município intervir diretamente sem essa autorização. Referiu que os pedidos de intervenção eram apresentados, mas que os procedimentos administrativos demoravam algum tempo, sendo apenas executados quando existia autorização e condições adequadas, nomeadamente quando o caudal do rio o permitia.

Sublinhou ainda que as prioridades de intervenção eram definidas pelo executivo municipal em articulação com as freguesias, tendo em conta a urgência das situações, a população abrangida e os objetivos dos apoios concedidos.

Relativamente ao saldo de gerência, referiu que o mesmo se encontrava incorporado na alteração orçamental em discussão, estando os projetos devidamente elencados nos documentos já apresentados.

No que dizia respeito a uma questão colocada sobre uma transferência de 883 mil euros do Ministério da Saúde, associada a um programa nacional de prevenção e tratamento da dependência do tabaco, a Presidente da Câmara afirmou não ter conhecimento da existência dessa verba nos termos apresentados, solicitando esclarecimento adicional, por considerar que tal referência não correspondia à realidade conhecida pelo executivo.

Esclareceu, de forma geral, que as transferências na área da saúde se destinavam a suportar encargos com pessoal, equipamentos e infraestruturas, incluindo centros de saúde e extensões de saúde, sendo algumas enquadradas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Afirmou depois que o orçamento municipal tinha sido elaborado com base em princípios de transparência, rigor e equilíbrio orçamental, sublinhando a intenção do executivo em assegurar uma gestão municipal competente, séria e responsável.

Referiu que a transparência se traduzia na clareza dos documentos financeiros, que eram apresentados e discutidos publicamente, e que eram ainda sujeitos a auditorias externas e fiscalização por diversas entidades competentes, incluindo o Tribunal de Contas, a DGAL, a ERSAR e outros organismos setoriais, através de auditorias e reportes regulares ao longo do ano.

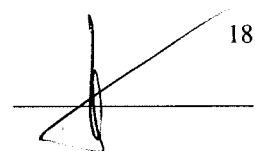
Acrescentou que o município estava sujeito a um controlo permanente e sistemático, com envio frequente de informação financeira a diversas entidades de supervisão.

Quanto ao rigor, afirmou que os documentos orçamentais cumpriam integralmente as normas contabilísticas e respeitavam o equilíbrio entre receita e despesa, princípio que considerou fundamental na gestão pública.

Concluiu referindo que, embora fossem frequentemente apresentadas propostas de apoio e medidas adicionais por parte de alguns deputados, era necessário ter em conta a realidade financeira e orçamental, sublinhando que qualquer nova despesa exigia a correspondente identificação de receita.

Defendeu ainda que algumas das propostas de apoios extraordinários deveriam ser dirigidas ao Governo Central, por se tratar da entidade com competência e capacidade financeira para responder a esse tipo de medidas.

Prosseguiu a sua intervenção, referindo que apoios como o gasóleo agrícola, o financiamento aos bombeiros ou o reforço das IPSS eram matérias que, na sua perspetiva, se enquadravam na competência do Governo Central, uma vez que não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

tratava de problemas exclusivos do concelho de Montalegre, mas sim de âmbito nacional.

Acrescentou que, caso se tratasse de uma questão exclusivamente local, então seria necessário encontrar soluções ao nível municipal, reconhecendo, no entanto, que tal implicaria sempre escolhas orçamentais difíceis.

Questionou, nesse sentido, os senhores deputados sobre onde entendiam que deveriam ser feitos cortes orçamentais, caso fossem aumentadas determinadas despesas. Referiu que tais cortes poderiam incidir na área da saúde, da educação, dos investimentos municipais, das transferências para freguesias ou do apoio a entidades sociais, culturais e desportivas.

Sublinhou que qualquer aumento de despesa exigia necessariamente a identificação de uma fonte de receita correspondente, defendendo que não era possível apresentar propostas de reforço financeiro sem indicar simultaneamente onde seriam reduzidos outros encargos.

Referiu ainda que o município recebia constantemente reivindicações legítimas de várias áreas, todas elas importantes e pertinentes, mas que tinham de ser enquadradas dentro das limitações orçamentais existentes e de acordo com critérios de prioridade.

Reforçou que todas as propostas e pedidos recebidos eram devidamente analisados e integrados na definição de prioridades de investimento, tendo sempre em conta o rigor orçamental, a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

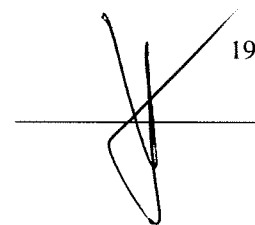
Afirmou que a sustentabilidade financeira do município assentava em opções cuidadosamente ponderadas, orientadas para a execução de projetos estruturantes e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Destacou ainda que a autarquia mantinha uma situação financeira sólida, assegurando o cumprimento atempado dos compromissos assumidos, nomeadamente pagamentos a fornecedores e entidades parceiras, o que considerou fundamental para a credibilidade institucional do município.

Concluiu reiterando que não fazia sentido, na sua perspetiva, manter uma atitude permanente de desconfiança relativamente às opções orçamentais do executivo, sublinhando que estas eram tomadas com base em critérios técnicos, financeiros e estratégicos devidamente fundamentados.

A Senhora Presidente saudou a intervenção do deputado João Soares, considerando-a uma reflexão profunda e relevante sobre o significado de Abril, agradecendo a partilha e defendendo que a mesma deveria ser lida e refletida por todos quando fosse transcrita em ata.

De seguida, dirigiu palavras de reconhecimento aos órgãos sociais das bandas filarmónicas, aos músicos, professores e pais, destacando o trabalho desenvolvido pelas bandas, nomeadamente a de Parafita e a de Salto, que considerou de excelência. Referiu que, para além das atuações públicas, as bandas desempenhavam um papel fundamental na formação de crianças e jovens, funcionando como verdadeiras escolas de vida, onde eram transmitidos valores como o rigor, a disciplina e a responsabilidade. Utilizou a música como metáfora para a vida, afirmando que, tal como na execução musical, também na vida era necessário, em primeiro lugar, procurar informação fidedigna e conhecer os factos antes de emitir opiniões. Criticou, nesse sentido, a existência de intervenções baseadas em falta de informação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

defendendo que a análise das matérias deveria ser feita com base em dados concretos e públicos.

Acrescentou que, tal como na música em que era necessário harmonizar notas para alcançar um resultado equilibrado, também na política é necessário procurar consensos e evitar discursos dissonantes baseados em suposições ou acusações infundadas.

Referiu que, embora o interesse comum fosse frequentemente invocado, nem sempre os discursos refletiam esse princípio, sublinhando a importância de distinguir entre factos e conjecturas, bem como de assumir responsabilidade no discurso político.

Prosseguiu a sua intervenção refletindo sobre o significado de Abril, considerando-o um projeto em construção permanente, uma vez que a sociedade está em constante transformação.

Defendeu que a democracia é um sistema dinâmico, feito por pessoas e para as pessoas, sendo constantemente renovado, e afirmou que, apesar de todas as suas imperfeições, continua a ser o melhor sistema político.

Sublinhou o princípio de que “o povo é quem mais ordena”, referindo que os representantes políticos se encontram em funções em nome desse mesmo povo, pelo que devem agir com responsabilidade e rigor.

Alertou para a diferença entre perceções subjetivas e informação factual, defendendo que a ação política deve basear-se em conhecimento informado e não apenas em interpretações ou emoções.

Enumerou ainda alguns dos valores associados ao espírito de Abril, nomeadamente o acesso à saúde e educação, os apoios sociais, a valorização do trabalho e dos salários, a participação das mulheres na vida pública e o direito à opinião, ao voto e à participação democrática.

Reafirmou a defesa desses princípios sublinhando a importância da igualdade de género e da participação democrática plena, deixando implícita a valorização da liberdade de expressão no contexto da Assembleia.

Referiu que era necessário respeitar a lei fundamental, sublinhando que esta não estabelecia apenas direitos, mas também deveres. Acrescentou que, na maioria das vezes, as pessoas apenas pensavam nos direitos e esqueciam-se dos deveres que lhes assistiam. Considerou ainda que muitas reivindicações eram feitas de forma desinformada e defendeu que, de um deputado municipal, se exigia maior conhecimento, nomeadamente das normas orçamentais e contabilísticas.

Relativamente às acessibilidades, explicou que não se tratava de uma questão recente, mas de um problema com muitos anos, em particular no que dizia respeito à Estrada Nacional 103. Esclareceu que tinha referido o ano de 2005 porque foi nessa altura que existiu uma posição concertada entre diferentes concelhos, tendo sido apresentados projetos aos sucessivos governos, embora o resultado não tivesse correspondido às expectativas. Indicou também que existia um dossier disponível para consulta pelos deputados, contendo documentação sobre reivindicações antigas, incluindo reivindicações realizadas ainda em 1995, no tempo em que o Dr. Pires presidia a Câmara Municipal. Acrescentou que o dossier incluía mapas do traçado da Estrada Nacional 103, desde Braga até ao território local e Boticas.

Recordou ainda que a ligação à A24 era reivindicada há muito tempo e mencionou a ponte frequentemente ridicularizada pela oposição. Defendeu que essa ponte resultou de um acordo entre dois presidentes de Câmara, um socialista de Montalegre e outro do PSD, em Chaves. Lamentou profundamente que o projeto não tivesse tido o



20

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

seguimento acordado e afirmou que a prioridade deveria ser a união em torno dessas reivindicações, em vez de críticas ao trabalho realizado anteriormente.

Relativamente ao facto de existirem problemas nas obras em curso, responsabilizou o empreiteiro pelos mesmos afirmando que caberia a ela repor a situação. Explicou que não competia à Câmara coordenar diretamente os trabalhos, mas sim fiscalizar a obra, garantindo que essa obrigação é cumprida.

Por fim, salientou que era positivo que as obras estivessem finalmente a avançar, explicando que isso só foi possível graças à negociação de um quadro comunitário que permitiu financiar investimentos para os quais o orçamento municipal não tinha capacidade. Destacou ainda o trabalho da Presidente da Junta de Salto, elogiando as diligências realizadas para tornar possível a construção da creche. Segundo afirmou, o mais importante não era apenas o edifício, mas também garantir o acordo com a Segurança Social para assegurar o financiamento do funcionamento da creche, felicitando a Presidente pelo trabalho desenvolvido.

Sobre os raies de proteção informou que estava a decorrer um concurso, sublinhando que já o tinha referido várias vezes anteriormente. Relativamente aos sapadores, defendeu que todos tinham a obrigação de adotar uma atitude informativa e pedagógica junto da população.

Esclareceu que os agricultores e os produtores pecuários não eram incendiários nem criminosos, mas explicou que muitos continuavam a recorrer a técnicas ancestrais por força da tradição, desconhecendo que o comportamento do fogo atualmente é muito diferente daquele que existia há 20, 30, 40 ou 50 anos. Considerou, por isso, fundamental alertar a população para os prejuízos associados às queimadas, referindo que estas destruíam o solo devido às elevadas temperaturas que queimavam as sementes. Acrescentou ainda que, após os incêndios, apenas surgiam giestas, úteis apenas para alimentação de cabras, além de existir o risco de perda de subsídios.

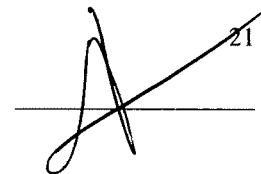
Reconheceu igualmente que existiam situações criminosas relacionadas com incêndios. Nesse contexto, revelou que, em articulação com a Polícia Judiciária, tinham sido instaladas várias câmaras de vigilância no território, contando também com o acompanhamento dos bombeiros, a quem dirigiu uma saudação pelo trabalho e cuidado inextinguíveis.

Por fim, destacou a necessidade de sensibilizar continuamente a população para o facto de que, enquanto os bombeiros estavam empenhados no combate aos incêndios rurais, deixavam de estar disponíveis nas vilas e aldeias para responder rapidamente a outras situações potencialmente graves. Salientou ainda que os meios disponíveis eram limitados e recordou que nem sequer se encontravam ainda na época crítica dos incêndios, reforçando a obrigação de informar repetidamente a população sobre estas questões.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e Márcio Azevedo.

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício afirmou compreender a dificuldade em responder a tantas questões, mas salientou que o regimento e o tempo disponível tinham de ser respeitados, exigindo de todos um esforço para o seu cumprimento.

Explicou que o regimento apenas previa uma inscrição no período antes da ordem do dia, ao contrário do que acontecia no período da ordem do dia, onde eram permitidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

duas inscrições. Por esse motivo, voltou a perguntar qual era o objetivo da intervenção, admitindo apenas situações relacionadas com interpelações à Mesa sobre a condução dos trabalhos ou a apresentação de recomendações.

Reforçou que, para ficar devidamente esclarecido, não existia lugar a uma segunda inscrição no período antes da ordem do dia. Acrescentou ainda que a presidente teria de responder dentro das possibilidades e que competia exclusivamente a ela decidir a forma dessas respostas.

Referiu também que aquela situação não acontecia pela primeira vez e indicou que iria considerar que poderiam estar em causa questões relacionadas com a condução dos trabalhos. Por fim, concedeu a palavra ao deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves fez uma interpelação à Mesa dizendo que também tinha tentado contribuir para ajudar na dinâmica dos trabalhos. Considerou que aquela situação era recorrente e recordou que já tinha ocorrido na primeira sessão. Defendeu, por isso, que era necessário pôr termo a essas divergências e começar a estabelecer um entendimento comum sobre o funcionamento dos trabalhos.

Nesse sentido, sugeriu a realização de uma futura reunião de líderes entre assembleias, com o objetivo de definir procedimentos e conciliar interpretações do regimento, o qual afirmou ter sido considerado inoperável. Acrescentou que seria importante encontrar soluções consensuais para evitar conflitos constantes sobre a interpretação das normas.

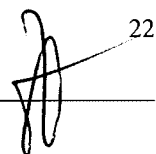
Contestou ainda a interpretação do Presidente da Mesa relativamente à inexistência de segundas inscrições no período em causa, pedindo que lhe fosse indicado o artigo específico do regimento que sustentava essa posição. Argumentou que, se o regimento não dizia expressamente que eram permitidas segundas inscrições, também não estabelecia o contrário.

Relativamente ao papel de líder de bancada, afirmou que o regimento lhe atribuía 15 minutos de intervenção, defendendo que tinha liberdade para gerir esse tempo como entendesse, podendo utilizá-lo de forma repartida ao longo da sessão. Considerou, por isso, que não deveria haver bloqueios às inscrições enquanto ainda dispusesse de tempo regulamentar.

Alertou ainda para o risco de os trabalhos se transformarem em sucessivos debates sobre interpretações individuais do regimento, o que apenas levaria à perda de tempo. Defendeu que era necessário clarificar as regras e estabelecer critérios objetivos para o funcionamento das sessões.

Acrescentou também que o Presidente da Mesa deveria fundamentar as suas decisões com base em artigos concretos do regimento, afirmando que, caso lhe fosse apresentada uma norma explícita, aceitaria plenamente essa interpretação. Referiu igualmente que nada no regimento indicava que a Presidente encerrasse automaticamente a ordem de trabalhos após o período da ordem do dia, defendendo que essas matérias poderiam ser mais bem definidas no futuro.

Por fim, reiterou a disponibilidade para colaborar na clarificação do regimento e explicou que tinha pedido a palavra porque ainda dispunha de tempo enquanto líder de bancada e porque considerava que algumas afirmações feitas pela Senhora Presidente mereciam contraditório.

 22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Assembleia em exercício, relativamente aos tempos de intervenção, referiu que o regimento estabelecia que os deputados tinham um determinado tempo disponível, mas não obrigava a que o utilizassem na totalidade, isso era o seu critério.

Acrescentou que o artigo 29.º invocado previa uma segunda ronda de inscrições, mas sublinhou que o período antes da ordem do dia já tinha sido esgotado. Reforçou que, gostando-se ou não do regimento, era esse o instrumento em vigor e que todos tinham de trabalhar com ele.

O Presidente afirmou ainda que, embora pudesse haver concordância ou discordância com a sua interpretação, existia um ponto em que todos deveriam estar de acordo: o cumprimento do regimento. Defendeu que o regimento estabelecia regras de tempo e procedimentos e que cabia a todos respeitá-las.

Esclareceu que, no segundo artigo relativo ao Período da Ordem do Dia, estava prevista uma segunda ronda de intervenções, referindo que os deputados tinham até 10 minutos, mas não eram obrigados a esgotar esse tempo, uma vez que os tempos não eram rigidamente cronometrados.

Por fim, referiu que, apesar de discordar de algumas práticas, iria conceder um período adicional de dois minutos para a colocação de questões, solicitando depois quem pretendia inscrever-se para uma segunda ronda de intervenções.

Apelou ao esforço de todos no cumprimento do tempo disponível, sublinhando que esse esforço já deveria estar interiorizado por todos os intervenientes, tendo em conta as regras do regimento e a necessidade de organizar devidamente os trabalhos da sessão. Por fim, concedeu a palavra aos deputados inscritos.

O deputado Duarte Gonçalves afirmou que a condução dos trabalhos estava a tornar-se algo discricionária, ainda que aceitasse o enquadramento dado pelo Presidente da Mesa.

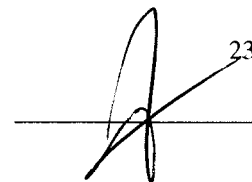
Relativamente à proposta de apoio às atividades económicas devido ao aumento dos custos dos combustíveis, explicou que o Governo já estaria a preparar medidas, incluindo a isenção da taxa de carbono, o que poderia reduzir o preço do gasóleo agrícola para cerca de 1,40 euros. Defendeu que, caso o município aplicasse um apoio complementar, como outros já faziam, seria possível aliviar ainda mais os custos para os agricultores, aproximando os preços dos níveis de janeiro e fevereiro.

Criticou a exigência de indicar previamente a origem da verba, afirmando que essa responsabilidade caberia ao executivo. Acusou a maioria de, na prática, estar a pedir ajuda à oposição para governar, considerando que a gestão orçamental e a definição das opções financeiras eram da responsabilidade do executivo municipal.

Afirmou ainda que a oposição estava disponível para colaborar na execução das medidas, sublinhando que se tratava apenas de uma recomendação sem carácter vinculativo. Defendeu que tinha conhecimento dos valores envolvidos e referiu a existência de uma margem financeira, mencionando uma poupança corrente de 3,7 milhões de euros nas contas de 2025, argumentando que seria possível alocar cerca de 225 mil euros para apoio aos agricultores.

Criticou também o que considerou serem decisões de investimento pouco claras ou dispersas, sugerindo que existiriam gastos que poderiam ser melhor geridos.

Sobre a Estrada Nacional 103, referiu ter consultado documentação histórica, incluindo uma carta de 1995 e atas de reuniões anteriores. Citou intervenções de responsáveis

 23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

políticos que, em 2020, teriam referido que o tema já estava suficientemente debatido, que esbarrava na falta de financiamento e de tráfego e que era considerado uma “miragem” ou uma prioridade secundária face a outras necessidades do concelho.

Concluiu questionando a posição do executivo sobre a proposta de 2020 relativa à requalificação da EN103, nomeadamente a sua transformação em IC e a tentativa de inclusão no PRR. Pediu uma resposta direta sobre qual tinha sido o voto da Presidente da Câmara nessa proposta.

O deputado Márcio Azevedo pediu à Senhora Presidente que respondas às questões por si levantadas.

A deputada Sandra Gonçalves afirmou que o Partido Socialista dava razão ao PSD, considerando que, nas entrelinhas, todos reconheciam que o regimento estava obsoleto e precisava de ser alterado. Defendeu que essa revisão deveria ser assumida e trabalhada em conjunto com os restantes líderes de bancada.

Dirigindo-se depois à senhora Presidente, criticou o facto de, segundo disse, ter sido gasto demasiado tempo a responder a questões colocadas na Assembleia anterior, as quais poderiam ter sido respondidas por e-mail, em vez de se prolongarem em plenário. Referiu ainda que algumas dessas respostas remontavam a assuntos antigos, de cerca de dois meses, em vez de se concentrarem nas questões mais recentes.

Acusou a Presidente de não ter respondido à única pergunta que tinha feito na sessão anterior, relacionada com as diligências, resoluções e medidas tomadas para resolver os problemas apresentados relativamente à escola de Salto.

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que tinha já respondido à questão colocada relativamente à recomendação apresentada, sublinhando que a gestão municipal implica sempre o respeito pelo equilíbrio entre receita e despesa. Nesse sentido, reiterou que qualquer medida adicional de apoio exigiria necessariamente a identificação de cortes noutras áreas, questão que, segundo disse, já havia sido colocada.

Acrescentou que a matéria em causa era da competência do Governo, defendendo que deveria haver união institucional na reivindicação de soluções. Sustentou ainda que o município já presta apoio significativo aos agricultores, afirmando mesmo que não existem muitas câmaras no país com o nível de apoio semelhante ao de Montalegre.

Relativamente às questões da educação e das escolas, respondeu ao deputado Márcio, reconhecendo a existência de desafios, mas enquadrando-os sobretudo na evolução demográfica e na redução da natalidade. Argumentou que essa diminuição não se devia apenas a fatores económicos, mas também a mudanças culturais e escolhas de vida, incluindo o adiamento ou a decisão de não ter filhos.

Referiu que o concelho de Montalegre foi dos que menos população perdeu ao longo dos anos e descreveu a evolução demográfica, destacando a redução do número médio de filhos por família. Acrescentou que o município tem investido na manutenção e requalificação das escolas de forma a evitar encerramentos e a garantir igualdade de oportunidades, mencionando intervenções na escola de Cabril e na Escola do Baixo Barroso.



24

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Explicou que esses investimentos são muitas vezes enquadrados em quadros comunitários, permitindo aliviar o orçamento municipal, ainda que este tenha de assegurar uma parte da comparticipação.

Sobre a organização escolar, afirmou que os encarregados de educação têm liberdade para matricular os filhos nas escolas que entendam dentro do território, sendo assegurado transporte escolar adequado, com circuitos especiais ajustados ao número de alunos. Defendeu que os apoios municipais abrangem várias fases da vida escolar, incluindo alimentação e materiais de apoio ao estudo gratuitos para muitos alunos e outros apoios sociais, sublinhando que essas medidas estão previstas em regulamentos próprios e são conhecidas pelos eleitos.

Concluiu afirmando que o município continuará a defender a manutenção das escolas abertas, independentemente do número de alunos.

Por fim, referiu que já foi solicitada uma reunião com o Senhor Ministro, estando a aguardar resposta para agendamento, com o objetivo de reforçar a posição conjunta dos autarcas. Acrescentou ainda que as intervenções referidas pela deputada foram analisadas pelos serviços técnicos municipais e executadas nos termos necessários.

2— Período da Ordem do Dia

2.1 – Apreciação e votação da ata nº 1, da sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2026;

A ata da sessão ordinária do dia 26 de fevereiro foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com cinco abstenções dos deputados Ana Maria Martins, Carla Pedreira, Rui Rodrigues, Nuno Pires e Jorge Campos Pereira, sendo que a abstenção dos quatro primeiros deputados se deveu ao facto de não terem estado presentes na sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2026.

2.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.3. Prestação de Contas & Relatório – Ano Financeiro 2025 – apreciação e votação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e José Pedro Correia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: Quanto ao Relatório de Prestação de Contas e o Relatório de Gestão referentes ao ano de 2025 registamos que a execução global da receita foi de 94,8 %, mas não podemos ignorar que a despesa de capital foi executada em apenas 68 %, é o motor gripado que deixa por realizar mais de 6,6 milhões de euros em investimentos prometidos aos Montalegrenses. Já a despesa foi executada em 88,6% que revela a eficiência da máquina faminta, pois quando se trata de alimentar o sistema a eficácia dispara.

Verificamos ainda a queda de 7 % da receita própria, uma queda de quase meio milhão de euros num só ano. Quando removemos as transferências do estado e fundos comunitários, as receitas próprias do município revelam que o verdadeiro dinamismo da economia local está em recessão. Menos receita fiscal significa que há menos negócios a faturarem, menos imobiliário a valorizar, e menos dinamismo. O concelho está na prática mais pobre.

De referir ainda a existência de um resultado operacional negativo de 1,35 milhões de euros.

Face a estes factos, o PSD abstém-se quanto à prestação de contas e relatório financeiro, pois pese embora a análise política dos números, o que está em causa é a sua validação técnica e quanto a essa nada temos a opor, pois reflete meramente o resultado das opções tomadas que apenas vinculam o executivo e o partido que o suporta. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves."

O deputado José Pedro Correia entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Comunicação social e público: a análise das contas de 2025 obriga-nos a sair da superfície e a entrar no essencial. Porque os números são claros, consistentes e, acima de tudo, reveladores de um paradoxo que define hoje Montalegre.

Em 2025, entraram nos cofres do Município mais de 40 milhões de euros. Executou despesa na ordem dos 33 milhões de euros. Desses, cerca de 19 milhões correspondem à despesa corrente, isto é, funcionamento, estrutura, encargos permanentes. Os restantes 14 milhões foram canalizados para investimento. E, ainda assim, o exercício fecha com uma poupança corrente próxima dos 4 milhões de euros. Estes valores colocam Montalegre num patamar que não pode ser tratado como residual. Estamos a falar de uma escala financeira relevante, com margem, com capacidade e com instrumentos para intervir de forma estruturada no território.

Mas é precisamente aqui que começa o problema.

Porque quando confrontamos esta dimensão financeira com a realidade do concelho, o que encontramos não é transformação proporcional, é estagnação estrutural.

Montalegre continua a perder população de forma persistente. Continua a envelhecer a um ritmo acelerado. Continua a não conseguir fixar jovens, nem atrair novos residentes. O tecido económico mantém-se curto, pouco diversificado, dependente, sem massa crítica. O acesso à saúde permanece desigual e distante para muitos cidadãos.

E perante isto, a questão que se impõe não é técnica, é política:

O que está a falhar entre os milhões que entram e a realidade que permanece?



26

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Porque não estamos perante um problema de escassez. Os números afastam essa tese. Há receita, há liquidez, há capacidade de gerar poupança. Há, portanto, condições objetivas para fazer mais e melhor.

O que os dados mostram, de forma persistente ao longo dos anos, é outra coisa.

Mostram uma despesa corrente elevada e crescente, que absorve uma parte significativa dos recursos disponíveis. Mostram uma estrutura que se mantém e se expande. Mostram um modelo que funciona bem do ponto de vista administrativo, mas que revela limitações claras quando analisado do ponto de vista do impacto territorial.

E mostram, também, uma execução da despesa que fica aquém do previsto. Em 2025, não se executou cerca de um quinto do que estava orçamentado. Isto significa que, mesmo dentro daquilo que é planeado, há incapacidade de concretização.

Temos, assim, um duplo desfasamento:

Entre os recursos disponíveis e a sua aplicação efetiva, e entre a aplicação dos recursos e os resultados obtidos no território.

Este desfasamento não é circunstancial. É estrutural.

E quando um território com esta dimensão financeira não consegue alterar as suas tendências demográficas, económicas e sociais, então o problema não está nos meios. Está no modelo.

Está na forma como se definem prioridades, na forma como se mede o impacto. Na forma como se articula investimento com estratégia.

Não é por se gastar mais que o concelho avança. E quando olhamos para a população, para a economia e para os serviços, percebemos que esse avanço não está a acontecer.

E a questão central que deve orientar esta discussão é simples, mas exigente:

Que retorno está o concelho a obter, em termos reais, dos mais de 30 milhões de euros que são gastos todos os anos?

Onde está a inversão do declínio demográfico? Onde está a diversificação económica? Onde está o reforço efetivo das condições de acesso à saúde? Onde está a capacidade de fixar população ativa?

Se a resposta for difusa, então temos de reconhecer que há um problema de fundo.

Montalegre não precisa apenas de contas certas. Precisa de contas com sentido.

Precisa de uma orientação clara que ligue recursos a resultados, investimento a transformação, política financeira a política territorial.

Porque o maior risco que enfrentamos não é o défice. É a irrelevância progressiva.

E isso não se resolve com mais milhões. Resolve-se com melhor utilização dos milhões que já existem. Muito obrigado. Assinado, o deputado municipal José Pedro Correia."

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que seria uma grande alegria se o município tivesse todos os anos um orçamento de 42 milhões de euros, mas reiterou que isso não iria acontecer. Explicou que o orçamento inicial tinha o valor apresentado porque incluía fundos que ainda não estavam em execução, devido aos atrasos verificados, acrescentando que, posteriormente, o orçamento foi aumentando em função da despesa e da receita consignada. Referiu ainda que o orçamento inicial contemplava apenas os 15% respeitantes a todos os projetos financiados por fundos comunitários, correspondentes à obrigação municipal, tendo sido posteriormente reforçado à medida que surgiam autorizações, aprovações e a necessidade de alocar as verbas aprovadas para os diferentes projetos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Relativamente aos seis milhões de euros mencionados, esclareceu que esses valores estavam previstos nos compromissos assumidos pelo município, tratando-se de obrigações contratuais para execução futura. Sustentou que não existia qualquer paradoxo na gestão financeira, defendendo que o município aproveitava os fundos comunitários até ao último cêntimo para concretizar obras que seriam impossíveis de realizar apenas com o orçamento municipal. Segundo afirmou, todos os projetos apoiados por fundos comunitários estavam direcionados para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento do concelho.

Esclareceu também que os nove milhões de euros referidos não se destinavam apenas à “máquina” municipal, incluindo igualmente verbas provenientes do Fundo Social Europeu para projetos de âmbito social, como o Radar Social e iniciativas de promoção do sucesso escolar.

A Senhora Presidente afirmou ainda que Montalegre deixou de perder população, embora reconhecesse que o processo de recuperação demográfica era lento. Salientou que a entrada de duas centenas de pessoas no concelho passava despercebida, ao contrário da saída do mesmo número de habitantes, que considerava dramática. Defendeu que o município tem vindo a fazer um percurso gradual de recuperação.

Acrescentou que a despesa efetiva do município tinha aumentado devido à transferência de competências para a autarquia e ao cumprimento de múltiplas obrigações decorrentes dessas novas responsabilidades.

Quanto aos resultados alcançados, referiu que existiam dados concretos, objetivos e comprováveis através de entidades externas. Destacou o investimento direto de cerca de um milhão de euros na agricultura e salientou que os agricultores do concelho tinham recebido cerca de 15 milhões de euros em subsídios no ano anterior. Explicou que parte desse resultado se devia também ao trabalho desenvolvido pela Coopbarroso no acompanhamento técnico aos agricultores, serviço suportado financeiramente pela Câmara Municipal.

Referiu igualmente que se verificou um aumento significativo do turismo, das dormidas e dos alojamentos no concelho. Contestou as críticas da oposição, afirmando que estas não correspondiam à realidade e defendendo que os dados do INE permitiam comparar Montalegre com os concelhos vizinhos de forma objetiva. Considerou injusto o discurso de que “estava tudo mal” em Montalegre, afirmando que tal visão não era séria nem corresponde aos dados disponíveis.

Concluiu aconselhando os deputados a consultarem plataformas oficiais e dados concretos antes de formularem críticas, sustentando que havia quem desejasse apresentar uma imagem negativa do concelho, mas que os indicadores objetivos demonstram uma realidade diferente.

Deliberação: Aprovado por maioria com oito abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José Pedro Correia, Márcio Azevedo, Sandra Gonçalves, Jorge Campos Pereira, Acácio Gonçalves, Carla Pedreira e José Acácio Gonçalves.

2.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2026. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.5. Designação de Auditor Externo para Certificação Legal de Contas – Procedimentos de Ajuste Direto n.º 47/2026 – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.6. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para as juntas / União de freguesias – Minuta do Contrato – aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir a deputada Sandra Catarina Gonçalves.

A deputada Sandra Catarina Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Mesa e seus elementos, digníssima Senhora Presidente, e na sua pessoa cumprimentar os Senhores Vereadores, caros membros da Assembleia, digníssimos Presidentes de Junta e estimado público: uma vez mais! A Senhora Presidente não me falha! Embora não seja a solução ideal, eu compreendo que seja a solução possível.

A aprovação da realização de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para as Juntas e União de Freguesias é realmente um passo importante na autonomia destas autarquias, e na dignificação do trabalho de todos aqueles que têm assumido, para com aquelas, a limpeza e manutenção dos espaços verdes, nos últimos anos.

Depois de darmos solução para a satisfação das necessidades instantâneas, e honra seja feita a quem teve tal envergadura, contribuiremos agora, para uma maior coesão territorial, mitigando assimetrias.

Ter um contrato interadministrativo durante o mandato já permite a autarquia repensar os seus recursos humanos e já pode perspetivas dar aos seus trabalhadores o acesso a direitos básicos que qualquer cidadão merece, nomeadamente a estabilidade financeira e a proteção social.

Daremos um grande passo. Obrigada, Senhora Presidente e seus Vereadores. Assinado, a deputada municipal Sandra Catarina Gonçalves."

Deliberação: Aprovada por maioria com uma abstenção do deputado Rui Rodrigues.

2.7. Minuta do Protocolo de Colaboração entre a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Município de Montalegre – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



29

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Assembleia tomou conhecimento.

2.8. Protocolo de Concessão de Apoio Financeiro à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre – conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sra. Presidente, na prática, o que propõe com estes 200 mil euros significa que a Câmara está a suportar cerca de 80% do esforço financeiro próprio da entidade, o que é uma opção política muito pesada e que cria um precedente para futuras candidaturas virem exigir o mesmo nível de comparticipação.

Do ponto de vista da boa gestão do dinheiro público, seria mais prudente atribuir este tipo de apoios em tranches com fiscalização efetiva em cada etapa, como tiveram a oportunidade de sugerir os nossos vereadores em reunião de câmara.

Por estas razões, reconhecendo o mérito social do projeto, entendemos que a proposta carece de maior equilíbrio, transparência e equidade, pelo que nos vamos abster quanto à sua votação. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

A Senhora Presidente da Câmara disse que não existia qualquer discriminação, garantindo que, sempre que outra IPSS apresentasse um projeto útil para a população e gerador de emprego através da prestação desse serviço, o município prestaria apoio, fosse ele de 80% ou de 100%, à semelhança do que vinha acontecendo há muitos anos.

Esclareceu ainda que os apoios não eram pagos em tranches arbitrárias, mas sim de acordo com a execução dos regulamentos em vigor. Referiu que o apoio em causa era atribuído com base no regulamento municipal de apoio às atividades económicas e sociais, devidamente publicado.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.9. Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal CHEGA Montalegre relativo a queda de um muro em Outeiro.

O deputado Jorge Campos Pereira entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre e Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Montalegre. Assunto: Requerimento urgente – deficiências estruturais, atentado à privacidade e queda de obra pública em Outeiro.

Exmo. Senhor Presidente, o Gabinete de Apoio ao Município do Partido CHEGA Montalegre, tem sido contactado pelo Sr. João Paulo Canedo, proprietário de uma habitação na localidade de Outeiro, vem por este meio manifestar o seu mais profundo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

repúdio e preocupação face aos acontecimentos relatados e exigir esclarecimentos imediatos sobre a intervenção municipal na referida localidade.

Segundo a exposição do munícipe, a construção de um muro de aproximadamente seis metro de altura, destinado a um miradouro, tem causado danos severos e riscos inaceitáveis: violação de privacidade: a edificação de um pontão sobre a passagem de acesso à habitação privada eliminou por completo a privacidade da propriedade, expondo a vida familiar a uma devassa pública injustificada; insegurança e risco de vida: a técnica construtiva revelou-se fatalmente deficitária. Em janeiro de 2026, a referida estrutura colapsou. Relata o munícipe que, por mera casualidade e uma diferença de poucas horas, não se registou uma tragédia humana, uma vez que o local da queda é o ponto habitual de passagem e permanência de crianças (netos do proprietário); Inibição de uso de imóvel: o proprietário encontra-se impedido de usufruir da sua habitação desde 2025 e de forma contínua em 2026, sem que a autarquia tenha prestado o devido apoio ou informação; Negligência de comunicação: é inadmissível que, após o colapso de uma estrutura desta dimensão, a Câmara Municipal não tenha informado oficialmente o proprietário lesado, nem apresentado um cronograma de reabilitação.

Face ao exposto, o CHEGA Montalegre exige: inspeção técnica imediata e independente à obra para apurar responsabilidades sobre a má execução e insegurança da mesma; a apresentação de um plano de recuperação urgente que devolva o acesso seguro e a privacidade à habitação do Sr. João Paulo Canedo; o apuramento de responsabilidades políticas e técnicas pelo perigo público gerado; resposta por escrito sobre o prazo previsto para a reposição da normalidade.

O Partido CHEGA não abdicará de levar este caso às instâncias superiores, bem como à Assembleia Municipal, caso o direito à segurança e à propriedade deste munícipe continue a ser atropelado pela inércia destes serviços municipais. Pelo concelho, por Portugal. Assinado, o deputado municipal Jorge Campos Pereira."

A Senhora Presidente da Câmara informou que outras entidades já tinham solicitado igualmente o relatório da vistoria e que, na sequência do pedido do Senhor Deputado, os serviços técnicos elaboraram também uma informação para conhecimento da Assembleia.

Passou então a ler o documento, referindo que, na sequência do requerimento e exposição apresentados pelo partido Chega relativamente à queda do muro na localidade de Outeiro, competia à Divisão de Obras Municipais informar o seguinte: "Antes de mais, importa enquadrar os factos, no dia 27 de janeiro de 2026, ocorreu a derrocada parcial de um muro de suporte integrado na empreitada de requalificação urbanística do acesso à localidade de Outeiro. De imediato, os serviços técnicos municipais deslocaram-se ao local, tendo sido elaborado o respetivo auto de vistoria, que se anexa, no qual se identificaram as causas prováveis da ocorrência.

De acordo com a análise técnica realizada, a queda do muro esteve associada à saturação excessiva dos solos, resultante das condições climáticas excecionalmente adversas que se fizeram sentir durante o mês de janeiro de 2026, nomeadamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

precipitação intensa e queda de neve, agravada por deficiências ao nível da drenagem no troço afetado.

Importa sublinhar que este período foi marcado, a nível nacional, por fenómenos meteorológicos extremos, com impactos significativos em infraestruturas em todo o território, circunstância que não pode ser dissociada do ocorrido.

No imediato: O empreiteiro responsável deslocou-se ao local no dia da ocorrência, na presença dos serviços técnicos municipais; procedeu à demolição da estrutura instável, garantindo condições de segurança; assumiu a responsabilidade pela reposição da situação, tendo executado todos os trabalhos às suas expensas.

Relativamente às questões levantadas: Sobre a segurança e causas da ocorrência. Foi realizada vistoria técnica no próprio dia da ocorrência, com identificação das causas e definição das medidas corretivas, incluindo a reformulação da solução construtiva, com reforço de drenagens e travamentos; Sobre o acesso à propriedade, o Município diligenciou, em articulação com o empreiteiro e a Junta de Freguesia, a reposição do acesso. A intervenção foi planeada e executada logo que reunidas as condições de segurança necessárias.

Sobre a reposição da obra, a solução foi revista tecnicamente, garantindo maior robustez estrutural e adequada drenagem das águas, prevenindo situações futuras, tendo sido integralmente concretizada até 5 de março de 2026.

Sobre a comunicação com o proprietário, de acordo com a informação recolhida, existiu contacto por intermédio do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, tendo sido transmitidas indicações quanto à intervenção prevista. Com efeito, tratando-se de uma segunda habitação, num período em causa, que ninguém se encontrava na mesma habitação.

Sobre o licenciamento da obra, a obra em causa é de promoção municipal, inserida numa empreitada de obras públicas, não estando, como tal, sujeita a licenciamento nos termos legais aplicáveis.

Face ao exposto, cumpre ainda esclarecer que: Não houve qualquer registo de vítimas ou danos pessoais; A situação foi prontamente acompanhada pelos serviços técnicos; A reposição das condições de segurança e acesso foram asseguradas; O empreiteiro assumiu integralmente os encargos da correção; Foram adotadas soluções técnicas que reforçam a segurança da infraestrutura.”

A Senhora Presidente acrescentou ainda que o Senhor Presidente da Junta tinha falado com o proprietário da habitação, informando-o de que iria ser realizada uma intervenção no local. Explicou que, inclusivamente por questões de privacidade, foi estudada uma solução específica, embora considerasse que, relativamente a essa matéria, não existia qualquer situação extraordinária, uma vez que a habitação já era visível antes da obra.

Acrescentou que a situação tinha sido devidamente acautelada, até porque os proprietários não se encontravam na habitação durante a execução da obra, circunstância que já tinha sido previamente comunicada. Referiu ainda que foi proposta uma solução adequada, tendo em conta que se tratava de uma casa de segunda habitação.

3 – Período após a ordem do dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu a palavra ao público tendo-se inscrito para intervir a cidadã Maria Arlete Magalhães Lopes, de Salto.

A Senhora Múncipe Maria Arlete Magalhães Lopes, natural de Amiar em Salto, dirigiu-se à Mesa da reunião cumprimentando todos os presentes.

Expôs que, em Amiar, no âmbito do alargamento da estrada, tinham sido demolidos uma corte, dois portões e uma cancela, referindo que já tinha apresentado três exposições sobre a situação, ainda no tempo do anterior Presidente de Câmara, sem que tivesse obtido resposta até ao momento.

Afirmou que estavam em causa prejuízos significativos, salientando que a construção demolida em pedra tinha potencial de reutilização, podendo ser adaptada a habitação, por já incluir espaço inferior para animais e zona superior para armazenamento de alfaías agrícolas.

Reforçou que, apesar das várias participações efetuadas ao longo dos anos, continuava sem resposta, questionando se o processo teria sido arquivado sem resolução.

A Senhora Presidente da Câmara agradeceu à Dona Arlete a sua presença na Assembleia, referindo que a própria já lhe tinha comunicado a intenção de expor a situação.

Esclareceu que tinha havido uma intervenção nos acessos a Amiar, no âmbito de um procedimento de expropriação. Referiu que, como já tinha sido explicado à múnicipe, se verificara um atraso no processo de expropriações, sublinhando que não se tratava de um procedimento simples ou célere.

Explicou que o processo implicava a identificação dos proprietários, a definição das áreas afetadas, a avaliação do que tinha sido intervencionado e das necessidades existentes, acrescentando que se tratava de um levantamento global que não dizia apenas respeito à Dona Arlete, mas também a outras propriedades.

Acréscitou que a situação lhe tinha sido recentemente colocada e que se encontrava em fase de resolução, garantindo que seria resolvida com brevidade.

Reforçou que o trabalho em curso incluía a verificação junto da Conservatória e a realização das devidas avaliações, com vista à compensação dos proprietários afetados, esperando-se que o processo pudesse ser rapidamente concluído.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e deu por encerrada a sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Pelo Presidente da Assembleia

Hernâni Luís Pinheiro de Carvalho

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

O 2º Secretário

Maria de Fátima da Silva Crespo

